



## **COMPARTILHANDO SABERES: Geografia e práticas pedagógicas para a educação do/no campo**

---

Ana Melissa Morais Ribeiro  
*Universidade Federal do Ceará*

Angélica Maria da Silva  
*Universidade Federal do Ceará*

Myrna Lorena Lima Ramos  
*Universidade Federal do Ceará*

### **Resumo**

Com base na demanda de uma escola do campo localizada num assentamento de reforma agrária e vinculada politicamente ao MST, criou-se em 2016 um componente curricular e um projeto de extensão com a temática Geografia e Práticas Pedagógicas para educação do/no campo, no curso Geografia da Universidade Federal do Ceará. A disciplina e o projeto objetivam fortalecer a educação do e no campo e estreitar a relação Universidade-campo-movimentos sociais através da extensão, com oficinas de formação continuada em escolas de ensino básico do/no campo. As atividades na disciplina são diversificadas com leituras dos textos, rodas de conversas com representantes dos movimentos sociais e pesquisadores da temática e planejamento das oficinas com aplicação durante a extensão mediante o trabalho de campo. Realizou-se atividades em diferentes territórios vinculados a movimentos sociais do campo no Ceará. Este trabalho dará enfoque à prática de 2018, realizada na Escola Joaquim Ribeiro dos Santos, localizada na Comunidade Quilombola Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, em Tamboril - Ceará, e, especificamente à oficina Discutindo Gênero, da qual participaram as autoras. Foram utilizadas múltiplas linguagens e dinâmicas para discutir as teorias de gênero e suas questões, relacionando-as ao espaço escolar e às vivências dos sujeitos, na tentativa de compreender a reprodução de papéis de opressão e estabelecer possíveis práticas pedagógicas contra hegemônicas. Os resultados das atividades reforçam a importância da construção de uma educação dialógica. No atual cenário, é essencial a Universidade estar próxima do campo, dos movimentos populares e espaços de resistência contra hegemônica.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Gênero. Extensão.

## ***SHARING KNOWLEDGES: Geography and pedagogical practices for education in the field***

---

### **Abstract**

Based on the demand for a rural school located in an agrarian reform settlement and politically linked to the MST, in 2016 a curricular component and an extension project named Geography and Pedagogical Practices for education in the field were created in the course Geography of the Federal University of Ceará. The discipline and project aim to strengthen education in the field and fortify the relationship between University-field and social movements through extension, with workshops for continuing education in schools of basic education in the field. The activities in the discipline are diversified with readings of the texts, rounds of conversations with representatives of the social movements and researchers of the theme and planning of the workshops with application during the extension through the field work. Activities were carried out in different territories linked to rural movements in Ceará. This work will focus on the practice of 2018, held at the Joaquim Ribeiro dos Santos School, located in the Encantados do Bom Jardim and Lagoa das Pedras Quilombola Community, in Tamboril - Ceará, and, specifically, the Arguing Gender workshop, in which the authors participated. Multiple languages and dynamics were used to discuss gender theories and their issues, relating them to the school space and the subjects' experiences, to understand the reproduction of oppression roles and to establish possible pedagogical practices against hegemonies. The results of the activities reinforce the importance of building a dialogical education. In the current scenario, it's essential for the University to be close to the field, popular movements and spaces of resistance against hegemony.

**Keywords:** Rural education, gender, extension.

### **INTRODUÇÃO**

O espaço agrário no Brasil tem sido historicamente secundarizado no tocante ao acesso à educação formal do Ensino Básico e, especialmente, do Ensino Superior. Nos últimos anos, a mobilização de movimentos sociais, dentre os quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conquistou políticas públicas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 1998, que ampliaram a educação do e no campo e aproximaram o Ensino Superior do espaço agrário. Progressivamente, durante os últimos vinte anos políticas públicas de ensino como o Projovem Campo - Saberes da Terra, e de expansão e interiorização do Ensino Superior como o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>1</sup> ampliaram a quantidade de universidades no interior do estado<sup>2</sup> e a possibilidade de acesso dos jovens do campo ao Ensino Superior, bem como a produção de trabalhos de pesquisa, ensino e extensão voltados a este espaço.

Concomitante a este processo, o projeto econômico neoliberal promove um movimento acelerado de apropriação da Universidade e do saber científico, com vistas à mercantilização do Ensino Superior. Da mesma forma, ataques vêm sendo feitos aos povos do campo, que sofrem os efeitos da agenda neoliberal através do avanço de projetos alinhados ao agronegócio. Tais processos têm como resultado a reconfiguração dos espaços, das relações e dos modos de vida para atender às demandas da produção capitalista, que seleciona os conhecimentos de seus interesses e desvaloriza os outros saberes.

No entanto, este processo não ocorre sem que haja resistência tanto no campo quanto na Universidade. No espaço campestre, muitas comunidades se organizam e resistem às transformações de seus territórios e de seus modos de vida, muitas vezes através de movimentos sociais. São povos camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, dentre outros. De forma semelhante, a Universidade também possui seus focos de resistência organizada, que busca apoiar a luta dos povos do campo e suas demandas, na tentativa de construir conhecimentos e práticas capazes de somar a uma concepção contra-hegemônica da realidade.

A socialização de conhecimentos entre estes espaços desponta como uma ferramenta de luta, que se fortalece com a curricularização de atividades de extensão universitária que objetivam construir conhecimentos com origem na realidade do campo e juntamente aos sujeitos que nele vivem, pois de acordo com Moreira e Silva (2002, p. 21) “o currículo é uma área contestada, é uma arena política”. Ou seja, o currículo, também na universidade, é um campo de conflitos.

Este trabalho apresenta o componente curricular Geografia e Práticas Pedagógicas para Educação do/no Campo, componente curricular anual optativo do curso de Geografia que tem como objetivo a realização de formações continuadas voltadas para professores de escolas do e no campo situadas no estado do Ceará, mediante a combinação entre as demandas existentes na comunidade escolar e as habilidades dos estudantes licenciandos e bacharelandos de cada turma.

Será dado destaque às atividades realizadas em 2018, das quais participaram as autoras. Este processo teve sua culminância na realização de oficinas que ocorreram junto ao Território Quilombola Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, localizado no município de Tamboril, no Ceará. Os diálogos sobre as temáticas resultaram em quatro oficinas: 1) Construção da Cartografia Social da Comunidade Quilombola Encantados do Bom Jardim/Lagoa das Pedras; 2) O uso das mídias digitais para compreender a climatologia; 3) Territorialidade, Herança e Identidade: Uma Visão Através de Jogos e Fotografias em Sala de Aula; 4) Discutindo Gênero.

As atividades ocorreram na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Joaquim Ribeiro dos Santos, a escola da comunidade, e apesar de voltadas para a formação do corpo docente, foram também abertas aos educandos(as) e demais participantes da comunidade.

A elaboração deste trabalho se apoia na importância de socializar práticas de extensão e estreitamento da relação Campo/Universidade e de discutir no espaço

acadêmico alternativas de fortalecimento da educação do/no campo, bem como a construção de conhecimentos potencializados por intermédio dessas práticas.

Assim, busca-se debater como a componente curricular Geografia e Práticas Pedagógicas para Educação do/no Campo, partindo da valorização da educação contextualizada como ferramenta de luta pelo território, foi capaz de contribuir para a socialização de saberes entre o campo e a Universidade no contexto de contribuição com o fortalecimento da luta popular. Objetiva-se, também, discutir as atividades realizadas no semestre 2018.2, com foco na oficina: “Discutindo Gênero”. Soma-se a isso a intenção de, analisando os resultados obtidos na trajetória da disciplina, contribuir com aspectos pertinentes capazes de colaborar com a melhoria destas e de outras práxis de educação do/no campo.

A metodologia, de abordagem qualitativa, estrutura-se com pressuposto na pesquisa participante, com vistas a compreender os processos de construção do conhecimento mediante a práxis, relacionando a pesquisa teórica combinada à vivência e ao trabalho coletivo dos sujeitos envolvidos no seu desenvolvimento. As informações sobre a componente curricular inserem-se no recorte temporal dos semestres 2016.2, 2017.2 e 2018.2, quando foram realizadas suas atividades até a produção deste artigo.

O trabalho divide-se em três partes. Inicialmente, busca-se estabelecer a trajetória da componente curricular Geografia e Práticas pedagógicas do/no campo, de forma a apresentar brevemente como se deu o trabalho de sua elaboração coletiva durante os três anos de sua existência no currículo do curso Geografia licenciatura e bacharelado, da Universidade Federal do Ceará. Em seguida, contextualiza-se especialmente o trabalho realizado no semestre 2018.2, traz-se a caracterização do território quilombola Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, onde ocorreram as práticas de extensão. Na terceira parte do trabalho, dando foco às atividades realizadas, são apresentadas e discutidas as oficinas executadas junto às comunidades, destacando seus processos e práticas de ensino-aprendizagem. É necessário ressaltar que, como as temáticas das oficinas foram escolhidas com origem nas demandas da comunidade, objetivou-se a construção de conhecimentos onde o povo do campo é “sujeito da ação educativa e não apenas sujeito às ações de educação” (CALDART, 2002, p. 151), trabalhando com base na realidade vivida por esses eles e elas e auxiliando na sistematização dos elementos que a compõem. Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho, buscando compreender seus resultados e possíveis contribuições.

### **A TRAJETÓRIA DA DISCIPLINA**

A criação da componente curricular Geografia e Práticas Pedagógicas para educação do/no campo está atrelada à disciplina Geografia Agrária, ministrada semestralmente para os alunos de ambas as modalidades (bacharelado e licenciatura) do terceiro semestre do curso. Esta disciplina possui o currículo voltado para o estudo do espaço agrário no Brasil e as principais questões e debates que o envolvem, e conta com um trabalho de campo realizado ao final do semestre, no qual os estudos teóricos passam à prática e buscam proporcionar o

conhecimento acerca das diferentes realidades dos povos do campo, principalmente do Ceará.

No ano de 2016, a aula de campo de Geografia Agrária percorreu em seu roteiro uma comunidade indígena, uma comunidade quilombola, um assentamento rural vinculado ao MST e um sindicato de trabalhadores rurais. No grupo que compunha a turma, estavam cerca de 45 alunos, dentre eles, alunos matriculados na disciplina, integrantes do Laboratório de Estudos Agrários, Territoriais, e Educacionais (LEATE) e bolsistas do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), acompanhados do professor de Geografia Agrária e coordenador do LEATE, e da professora coordenadora do PIBID. Ao chegar no Assentamento Santana, assentamento rural vinculado ao MST localizado no município de Monsenhor Tabosa, região do Sertão de Crateús do Ceará, o grupo visitou a Escola de Ensino Médio Florestan Fernandes, uma das nove Escolas do Campo em funcionamento no Estado.

As Escolas do Campo se caracterizam por oferecer uma educação escolar contextualizada, colocando a realidade do campo como centro do processo de ensino aprendizagem, de forma a oferecer uma educação que valoriza as vivências dos alunos. Assim, todo o seu universo escolar e projeto pedagógico são pautados nessa perspectiva: desde a estrutura da escola - que possui um campo experimental que alinha os conhecimentos científicos aos conhecimentos práticos do campo - ao currículo escolar, que busca a partilha de conhecimentos, a autonomia e a construção coletiva de forma crítica e contextualizada entre os alunos e professores.

Um exemplo prático dessa construção é o Inventário da Realidade, metodologia utilizada em diversas escolas do campo no Brasil, incluindo-se aí a Escola de Ensino Médio Florestan Fernandes, e que configura-se como o levantamento dos diversos aspectos da realidade das comunidades que compõem a escola para que assim seja produzido um currículo escolar e um Projeto Político Pedagógico coerente com esta realidade, tanto nas disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quanto nas disciplinas da parte diversificada. Taffarel, Escobar e Perin (2010, p. 187), nos Cadernos Didáticos sobre Educação do Campo definem o meio como o lugar de onde “emergem as questões sobre o currículo na escola pública que não podem ser desconsideradas pelos que têm a responsabilidade de decidir sobre os planos de estudos que deve conter um currículo.”. De maneira prática “É esta, portanto, a lógica e teoria do conhecimento (...) que vai nos permitir estabelecer nexos e relações entre o geral, o particular e o singular.” (p. 188)

Durante a visita à escola foi realizada uma roda de conversa com os professores, que relataram ao grupo a necessidade que sentiam de uma formação voltada para as demandas do contexto escolar atual, trazidas principalmente pelas recentes transformações sociais e tecnológicas às quais os jovens têm tido acesso. Relataram o interesse de compreendê-las melhor e a dificuldade de relacionar os conteúdos didáticos com estas demandas, que perpassavam temas que iam desde o uso das tecnologias até questões que estavam sendo cada vez mais trazidas pelos jovens e debatidas pela sociedade em geral, como as questões raciais e de gênero. De fato, muitos destes temas têm sido demandas recorrentes dentro dos

movimentos sociais e também na própria sociedade como um todo. Evidência disto é o fato de o debate sobre gênero e questões étnico raciais terem sido dois dos encaminhamentos da I Conferência por uma Educação do Campo, ainda em 1998. (MST *et al.*, 1998)

No diálogo ocorrido durante o trabalho de campo, os professores apontaram o potencial da Universidade em contribuir nesta tarefa e levantaram como seria enriquecedora esse trabalho coletivo por meio de um diálogo entre os sujeitos da Universidade e das escolas do/no campo, para auxiliar na atenção a tais demandas. Estava, então, semeada a ideia.

Ao retornarem para a UFC, os professores que coordenaram a aula de campo se reuniram para discutir a viabilidade da criação de um componente curricular optativo do curso de Geografia que tivesse como objetivo a realização de formações continuadas voltadas para professores de escolas do e no campo do Ceará, pela combinação das demandas existentes nas comunidades onde as escolas estão com as habilidades dos alunos de cada turma. Surgiu, assim, no segundo semestre do ano de 2016, a disciplina Tópicos Especiais em Educação do Campo, que em 2019 se tornou Geografia e Práticas Pedagógicas para Educação do/no Campo, componente curricular anual optativa ministrada em conjunto por dois professores e uma professora do departamento de Geografia da UFC.

O componente curricular tem sua carga horária de 64 horas dividida em três etapas: teoria (32h), prática (16h) e extensão (16h). Na primeira, são realizadas leituras dos textos e conversas em grupo relacionados à educação do campo e seu papel na resistência organizada das comunidades camponesas, indígenas e quilombolas. Para as rodas de conversa, são convidados às aulas os próprios sujeitos dessas narrativas. Na segunda etapa, ocorre a organização das equipes e planejamento das oficinas a serem desenvolvidas na escola escolhida, baseadas no diálogo prévio realizado com os professores da escola do/no campo onde ocorrerão as atividades. As temáticas das oficinas são resultado da combinação das demandas das escolas com as habilidades ou preferências dos estudantes que ministrarão as práticas.

Finalizada a etapa de planejamento, é realizada a socialização dos planos das práticas para a turma, que avalia e apresenta sugestões às equipes durante a aula por meio de um diálogo de construção coletiva. Concluído o planejamento, as equipes organizam o material para a prática das oficinas: aquisição das pastas e canetas, cópia dos textos para cada prática, GPS, pilhas, réguas, data show, notebook, câmera fotográfica, dentre outros. A aquisição dos recursos financeiros para a compra do material das práticas e a alimentação dos participantes no período do curso é proveniente da contribuição dos alunos e professores através da ajuda de custo das aulas de campo e também pelos materiais cedidos pelo próprio departamento de Geografia. Com o material pronto e organizado, a turma se encaminha para as atividades em trabalho de campo. Por fim, ocorre a avaliação coletiva e a entrega dos diplomas para os e as participantes das oficinas.

A disciplina Geografia e Práticas Pedagógicas de Educação do Campo tem em sua construção o posicionamento político de apoiar as comunidades e as lutas dos povos do campo. Assim, as atividades foram realizadas a cada ano em diferentes

territórios do estado, buscando abranger a diversidade dos movimentos sociais do campo no Ceará.

Em 2016, as atividades foram realizadas na Escola de Ensino Médio Florestan Fernandes, localizada no Assentamento Santana, no município de Monsenhor Tabosa e vinculada politicamente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) - CE; em 2017, na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Maria Socorro Alves de Oliveira no reassentamento Novo Alagamar no município de Jaguaretama, vinculado ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) - CE; já em 2018, a turma foi à Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Joaquim Ribeiro dos Santos, localizada no Território Quilombola Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras em Tamboril; em 2019 na Escola do Campo Francisco Araújo Barros, pertencente ao Assentamento Lagoa do Mineiro, em Itarema, vinculado politicamente ao MST-CE.

A seguir, o trabalho dará enfoque ao trabalho de campo do ano de 2018, realizada no Território Quilombola Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, no município de Tamboril, no qual as autoras do texto participaram como alunas da disciplina e ministrantes da oficina *Discutindo o Gênero*. Será realizada a contextualização do território e, em seguida, a apresentação da oficina elaborada e os seus resultados.

### **OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: ENCANTADOS DO BOM JARDIM E LAGOA DAS PEDRAS**

De acordo com documento elaborado pela Secretaria da Educação do Ceará - SEDUC/CE que disponibiliza informações acerca de comunidades quilombolas e suas respectivas instituições de ensino no Estado, “o território é a base da reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade” (SEDUC, 2017, p. 1). Sendo assim, é importante afirmar que o território, apesar de ter uma dimensão material, tem também um viés imaterial (FERNANDES, 2005), que corresponde à produção de conhecimento que se alinha aos paradigmas de defesa e reprodução de um território que jamais poderão se desgarrar de seu substrato material. Segundo Fernandes (2005, p. 6):

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. (...) O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. (FERNANDES, 2005, p. 6)

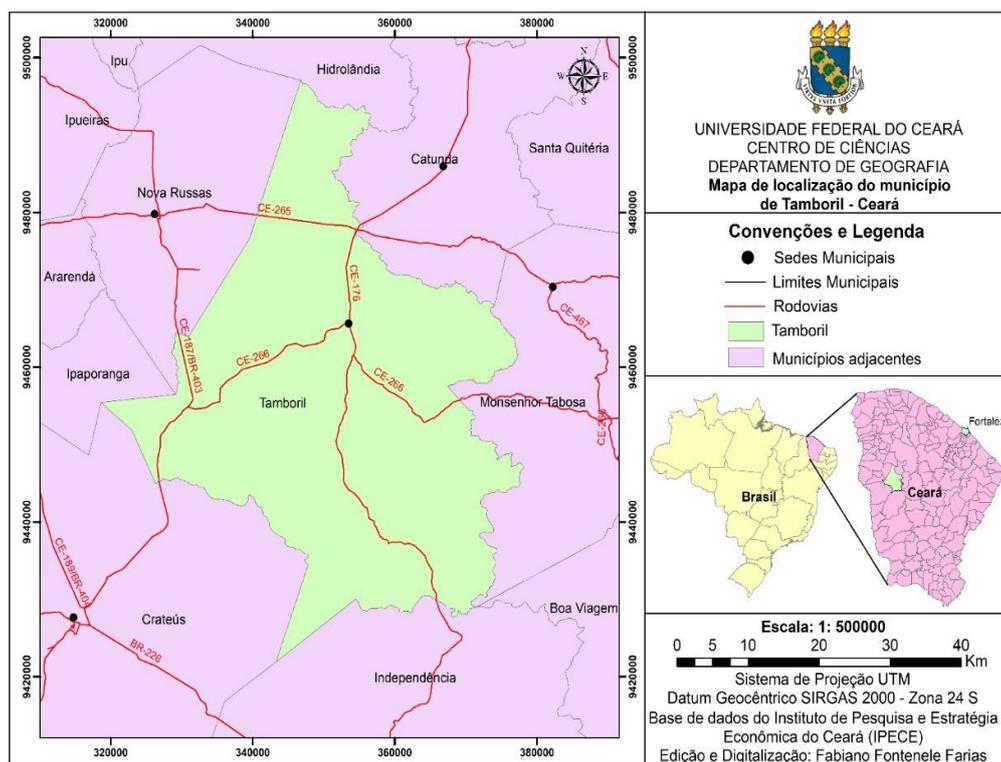
Desta forma, o reconhecimento de comunidades quilombolas, a existência de escolas nestes territórios, bem como a opção de alguns setores da universidade em trabalhar com estes sujeitos faz parte da construção de territórios imateriais, processo que se dá envolto em diversos conflitos, já que o território, por envolver relações de poder, envolve também diversos embates.

Em dezembro de 2006 a portaria número 29/2006 do Diário Oficial da União (DOU) reconhecia a comunidade de Encantados do Bom Jardim como remanescente quilombola. O documento faz parte da primeira etapa para

regularização fundiária dos territórios de comunidades negras rurais que se autodefinem como remanescentes quilombolas, sendo de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares a emissão da Certidão de Autorreconhecimento. No ano seguinte, em março de 2007 a comunidade vizinha e parental Lagoa das Pedras recebeu o mesmo certificado e uma nova portaria no DOU foi emitida, reconhecendo Lagoa das Pedras como comunidade quilombola. As duas comunidades são vizinhas e seus moradores pertencem ao mesmo tronco familiar, porém os processos de autorreconhecimento foram iniciados de forma independente. Já os processos de regularização fundiária aberto pelo INCRA foram iniciados na mesma data, apesar de possuírem número diferentes.

A unificação do território se deu principalmente por conta da ancestralidade e pelo uso da terra. Seus moradores têm parentesco com as famílias Possidônio e Iré, que originaram os dois aglomerados e o uso é conjugado. Com isso, o território é unificado e a representação de Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras é realizada através da associação denominada Associação dos Remanescentes Quilombolas de Encantados do Bom Jardim.

O território se localiza no município de Tamboril, a 290 Km de Fortaleza, no centro-oeste do estado do Ceará, na Região de Planejamento do Sertão de Crateús (IPECE, 2015). A área total do território é de 1.659,7 hectares, sendo 897,64 hectares para produção e moradia e 180,25 ha destinado à Reserva Legal. As duas comunidades são compostas por cerca de 67 famílias (SEDUC, 2017) e contam com estruturas básicas como uma Unidade Básica de Saúde da Família - UBS, uma ilha digital, uma escola de ensino fundamental e um salão onde ocorrem as principais atividades da comunidade, desde as missas de domingo aos eventos promovidos pelas entidades que trabalham e/ou pesquisam a temática.



**Figura 1** – Localização do município de Tamboril – CE. Fonte: FARIAS, 2020.

As oficinas ocorreram na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Joaquim Ribeiro dos Santos, localizada em Encantados do Bom Jardim. A escola atende estudantes das duas comunidades, de outros territórios quilombolas e também de outros distritos. O corpo docente e a gestão são compostos em parte por professores e professoras quilombolas, como é o caso da diretora, que é de Encantados do Bom Jardim. No entanto, a maioria ainda vem da sede de Tamboril ou de outros distritos.

### AS PRÁTICAS DAS OFICINAS

Nesse contexto, foram realizadas as quatro oficinas já mencionadas anteriormente. Aqui dá-se ênfase na oficina “Discutindo Gênero”, a qual teve participação das autoras em todo o processo de idealização, construção e realização.

Nesta oficina, busca-se compreender e debater as teorias de gênero e suas questões, relacionando-as ao espaço escolar e às vivências dos e das participantes, na tentativa de compreender a reprodução de papéis de opressão e estabelecer possíveis práticas pedagógicas capazes de romper com essa lógica.

As atividades foram realizadas em roda de conversa, com o uso de múltiplas linguagens: musical, textual, oral e escrita, que através de dinâmicas permitiram discussões acerca dos conceitos relativos ao debate de gênero bem como

socialização das vivências individuais e coletivas. Para construir a oficina, foram utilizadas cartilhas educativas como: Coolkit - Jogos para a Não-Violência (CooLabora, 2011) e Sexo, Orientação Sexual e "Ideologia de Gênero" (FREI BETTO, 2018). A atividade contou com cerca de dez participantes, a maioria professoras e professores da escola.

A oficina Discutindo Gênero foi iniciada na manhã do dia 11 de dezembro de 2018. Inicialmente, a turma foi organizada em círculo, para que todos pudessem se ver, e abriu-se uma roda de conversa para apresentação dos participantes, que pontuaram também suas expectativas com a oficina. Em seguida, foi apresentado à turma o plano de aula para os dois dias de atividades, aberto a sugestões durante o curso.

Em seguida, demos início à dinâmica de introdução à temática: o jogo da bola. Nele, uma bola era jogada aleatoriamente para alguém da turma. Quem a recebesse, deveria apontar uma característica que considerasse feminina ou masculina. As características apontadas pelo participante eram escritas no quadro, onde havia duas colunas, uma para cada gênero. Quando todos tivessem participado, haveria duas listas: uma com características "femininas" e outra com características "masculinas". Como resultado, foi perceptível a presença de estereótipos de gênero: adjetivos que remetem à delicadeza e estética foram atribuídos às mulheres e adjetivos referentes à agressividade, ao trabalho e a força aos homens. Assim, foi possível realizar um debate com a turma, sobre o que esses adjetivos significavam para cada uma e cada um.

Em seguida, foi apresentado aos participantes da oficina um curta metragem de 15 minutos de duração, chamado "Acorda Raimundo". Nele, é apresentada uma realidade fictícia onde mulheres e homens têm seus papéis de gênero trocados. O vídeo busca chocar os espectadores ao apresentar o cotidiano de forma invertida, denunciando a desigualdade e a violência de gênero naturalizadas na sociedade.

Como complementação das atividades iniciais, foi realizada uma discussão acerca de alguns conceitos essenciais no debate sobre gênero. Pensando em tornar esse momento mais construtivo, desenhou-se na lousa um corpo humano, que serviu de base para apresentar os seguintes conceitos: gênero, relacionado ao cérebro; sexualidade, relacionado ao coração; e sexo, relacionado ao sexo biológico. O debate gerado expandiu-se e relacionou-se com temas como discriminação de gênero, questão racial, e ainda "o que é ser mulher e homem no campo", buscando compreender as especificidades das relações de gênero no espaço agrário.



**Imagem 1** – Ministrantes da Oficina “Discutindo Gênero”. Fonte: Acervo das autoras (2018)

No período da tarde, iniciamos o debate sobre feminismo com a exibição do curta metragem “Vida Maria”, que mostra a repetição dos papéis de gênero pelas mulheres no espaço agrário ao longo das gerações, evidenciando a participação das mulheres na divisão social do trabalho. Explicitamos a relação existente entre os papéis de gênero atribuídos às mulheres, e a necessidade do fortalecimento de um movimento que questiona tais atribuições. Destacamos também a necessidade de um feminismo associado à questão racial, já que a realidade brasileira se estrutura por meio das desigualdades que se entrelaçam e que vão além da classe social, contemplando disparidades raciais e de gênero, que tem ampla ligação com o processo de divisão do trabalho. Esse destaque fez-se mais necessário ainda pelo fato de a oficina se dar em uma comunidade quilombola.

Um aspecto interessante deste momento da oficina foi a associação, por parte dos participantes, do que estava sendo pautado com aspectos da realidade de mulheres conhecidas por eles e elas que viviam situações de violência diversas. Nesse sentido, o conhecimento se construiu ao se conectar as vivências dos participantes a um aporte teórico que auxiliou na sistematização da situação experienciada. Esta parte da oficina foi bastante rica, ainda mais por se interligar com a roda de conversa que procedeu o debate teórico sobre feminismo. Essa conversa teve como tema “Como o feminismo pode ser importante na minha vida?”.

Por fim, o primeiro dia de oficina foi encerrado após a avaliação do dia, uma opção metodológica feita pelas mediadoras. Juntamente aos demais participantes da oficina, avaliamos o que havia sido positivo nas atividades e o que poderia melhorar. Foi bastante gratificante escutá-los dizer que aquela discussão, tão nova para eles, havia sido muito elucidativa, já que muitas vezes elas e eles escutavam nas mídias e pelos jovens acerca dos diversos conceitos que envolvem a temática de gênero, mas não havia precisão do que realmente cada palavra

significava naquele contexto. Essas falas, ainda no primeiro dia, já demonstraram ganhos significativos.



**Imagem 2** – Participantes da Oficina Discutindo Gênero. Fonte: acervo das autoras (2018)

O segundo dia de oficina foi voltado às possibilidades de trabalho com a temática em sala de aula. Como a maioria dos participantes da oficina era professor ou professora, esse momento foi repleto de relatos de experiências no espaço escolar. Os relatos iam desde situações de discriminação de gênero entre meninos e meninas até narrativas sobre situações de preconceito envolvendo as questões relativas à sexualidade na escola. Foi perceptível que os professores e professoras presentes, apesar de exporem suas dificuldades em lidar com ambas as formas de discriminação na escola, compreendiam a necessidade de se posicionar perante a estas situações e de como estas ocorrências influenciam a presença e o desempenho dos educandos e educandas na escola.

Como forma de trabalhar de maneira sistematizada essas narrativas, propomos na ementa da oficina a realização de um Teatro-Debate com base na cartilha Coolkit - Jogos para a Não-Violência (CooLabora, 2011) em que os participantes revezariam a encenação de problemas relacionados à discriminação de gênero e sexualidade na escola e os demais deveriam propor soluções à estes conflitos. Por limitações de tempo, decidimos fazer modificações na dinâmica. Cada um dos participantes teve então que criar uma situação, escrita em papel, relativa à discriminação de

gênero e sexualidade na escola. Em seguida, os papéis foram misturados e sorteados: cada participante, ao escolher um papel, teve de propor uma solução para o conflito descrito. Foi curioso como os professores e professoras, ao invés de criarem as situações que depois seriam solucionadas pelos demais, trouxeram situações realmente vividas no espaço escolar, seja dentro de sala de aula ou fora dela. Houve empenho destes em propor soluções para os problemas evidenciados, com base no que fora discutido durante os dois dias de oficina, sempre fazendo a relação com os conceitos trabalhados, como gênero, sexo, sexualidade, feminismo, discriminação, entre outros.

A última etapa da oficina antes da socialização final foi a produção de um fanzine em que os participantes elaboraram um material usando folhas de papel ofício, lápis de cor, canetinhas, revistas para colagem, giz de cera, entre outros objetos, de modo a registrar seu aprendizado de maneira artística e o mais livremente possível. Os fanzines foram apresentados na socialização final das atividades, juntamente aos participantes das demais oficinas. Um dos participantes, um professor do município e que foi um dos mais resistentes a algumas discussões relacionadas às desigualdades entre homens e mulheres, escreveu em seu fanzine uma poesia que deixou evidente todo o seu aprendizado relacionado ao tema e sua gratidão por fazer parte daqueles momentos de construção de conhecimentos. Este foi um dos momentos mais emocionantes e gratificantes da oficina.



**Imagem 3** – Socialização das atividades e entrega dos certificados . Fonte: Acervo das Autoras (2018)

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserimos o momento da socialização na seção de considerações finais deste trabalho pois esta representou a perspectiva dos participantes em geral acerca das oficinas, além de ter sido um espaço que contemplou sugestões e agradecimentos. As sugestões estiveram centradas na questão da pouca participação dos professores do município de Tamboril nas oficinas e na pouca experiência na atuação em sala de aula dos estudantes de bacharelado. Essa segunda reflexão demonstrou a importância deste momento de extensão também para os estudantes de geografia da UFC que não haviam tido contato anterior com práticas de ensino na posição de ministrantes. Outra sugestão foi a lembrança da necessidade de a universidade estar mais presente no sertão, dado que boa parte das atividades de extensão se concentram em lugares próximos à universidade e também nas comunidades rurais litorâneas.

Ao final houve o compartilhamento de um jantar e uma mística com apresentação do grupo de capoeira da comunidade e do grupo de dança de Carimbó, além de uma roda de coco onde os estudantes que ministraram as oficinas, os participantes das oficinas, os moradores e os professores da disciplina puderam dançar e cantar, o que representou um importante momento de troca, com a cultura como componente da construção de um território em seu viés material e imaterial. Extensão e pesquisa se mesclam no sentido de que a pesquisa modifica

e afeta o pesquisador, mas esta não é possível sem que se extrapole os muros rígidos da universidade.



**Imagem 4** – Confraternização com a comunidade. Fonte: Acervo das Autoras (2018)

É importante destacar que na noite final ocorreu mais uma roda de conversa na qual os desafios sociais, políticos e históricos que a universidade deveria enfrentar foram reforçados, dado o contexto em que a oficina foi realizada, ao final de 2018, em que o avanço de políticas institucionais neoliberais estavam (e ainda estão) tão fortalecidas no Brasil. Estar, naquele momento, enquanto universidade, em uma comunidade quilombola no sertão do Ceará, pouco mais de dois meses após a eleição de um governo federal caracterizado, de acordo com Fernandes *et al.* (2020, p. 4) como “de ultradireita, defendendo o uso de armas contra o campesinato, indígenas e quilombolas que lutam pela terra e territórios” é uma situação emblemática que deve ser trazida à tona. Em momentos de crise política como o que se vive hoje, é cada vez mais importante a Universidade estar próxima dos movimentos populares e dos espaços de resistência. E é bastante simbólico para esse processo de aproximação que parte significativa desses espaços estejam no campo brasileiro.

Na avaliação dos professores envolvidos e demais participantes, as atividades trouxeram debates pertinentes para a escola e a troca de aprendizagens foi positiva tanto para a comunidade como para a turma de alunos e alunas envolvida no processo. Atividades como esta, de aproximação Universidade-Comunidade reforçam a importância de se buscar uma universidade com caráter popular, representando uma proposta de educação comprometida com a práxis transformadora. Entretanto, devemos sempre lembrar que as instituições de

produção de conhecimento são espaços aos quais os conflitos são inerentes, pois tratam-se, como já pontuado anteriormente, de espaços de produção de territórios imateriais. A prática da extensão se configura, assim, como um dos pilares democráticos da ciência, de construção dialética de paradigmas e deve ser buscada e reforçada sempre.

Destaca-se ainda a importância de o espaço acadêmico não silenciar temas pertinentes à nossa sociedade, haja vista que no decorrer dos anos de construção da disciplina algumas oficinas estiveram sempre presentes nas demandas das escolas e conseqüentemente nas comunidades. Ressaltamos as oficinas sobre cartografia social e questão de gênero, que são demandas postas pelas escolas e recorrentes nas oficinas desde o ano de 2016, nas três comunidades já contempladas pela prática de extensão até a data de apresentação deste artigo no IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária e na quarta comunidade que sediou as práticas em 2019, o Assentamento Lagoa do Mineiro, localizado no município de Itarema, também no Ceará. Nesse sentido, a realidade põe seus dilemas à academia e se faz presente por meio de um diálogo em fortalecimento com os sujeitos que a constroem. Sem essa dialogicidade, corre-se o risco de, na prática que propomos, estarmos reproduzindo paradigmas de construção de conhecimento que perpetuam desigualdades, bem como a desvalorização de saberes e de experiências não-hegemônicas.

## NOTAS

<sup>1</sup> Não buscaremos aprofundar, neste trabalho, as contradições e problemáticas referentes ao programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Cientes de que elas existem e devem ser compreendidas em sua totalidade, colocamos aqui apenas a expansão do acesso ao Ensino Superior e a interiorização da universidade como alternativas, ainda que superficiais, de democratização das Universidades.

<sup>2</sup> No Ceará, foram criados nesse período os *campi* da UFC de Sobral (2001), Quixadá (2007), Russas (2011) e Crateús (2014).

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 6040 de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em 05/11/2019.

BRASIL. INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Quilombolas**. Disponível em <<http://incra.gov.br/quilombola>>. Acesso em 05/11/2019.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. *In: Por uma Educação do Campo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

COOLABORA (ed.). **Coolkit**: jogos para a não-violência e igualdade de gênero. Covilhã: Coolabora, 2011. 100 p.

DA SILVA, Cármen A. Duarte *et al.* Meninas bem-comportadas, boas alunas; meninos inteligentes, indisciplinados. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p. 207-225, 2013.

INCRÁ. **Pronera - Educação na reforma agrária**. Disponível em <[http://www.incra.gov.br/educacao\\_pronera](http://www.incra.gov.br/educacao_pronera)>. Acesso em 03 de novembro de 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Nera**, Presidente Prudente, v. 5, n. 8, p. 24-34, jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano *et al.* A Questão Agrária no primeiro ano do Governo Bolsonaro. **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, Presidente Prudente, n. 145, 2020.

FERREIRA, Márcio Porciúcula. Currículo, gênero e sexualidade: questões indispensáveis à formação docente. **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 9, n. 12, p. 37-56, 2016.

BETTO, FREI. **Sexo, orientação sexual e "Ideologia de Gênero"**. Grupo Emaús. São Paulo, 2018

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2011

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE) Textos para discussão nº 111: **As regiões de planejamento do estado do Ceará**. Fortaleza: 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, p. 20, 1997.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, Antonio Flávio. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 2012.

MST. **MST conquista mais uma escola do campo no Ceará**. Site do MST, 2019. Disponível em <<http://www.mst.org.br/2019/03/22/no-ceara-mst-inaugura-mais-uma-escola-de-ensino-medio-do-campo.html>>. Acesso em 3 de novembro de 2019.

MST *et al.* I Conferência Nacional: Documentos Finais. *In:* ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SANTOS, Flávio Gomes dos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo : Claro Enigma, 2015.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO CAERÁ (SEDUC). **Educação do campo**. Disponível em <<https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-do-campo/>>. Acesso em 03 de novembro de 2019.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ (SEDUC). Informações sobre comunidades quilombolas do Ceará. **Textos para discussão**, [s. l.], 2017. Disponível em: [https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2017/01/dados\\_quilombola.pdf](https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2017/01/dados_quilombola.pdf). Acesso em: 1 jul. 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; JÚNIOR, Cláudio de Lira Santos. **Balanco político e continuidade da ação PRONERA 10 anos de resistência**. FAGED UFBA. 2009. Disponível em <<https://faced.ufba.br/educacao-do-campo/pronera/balanco-politico>>. Acesso em 05 de novembro de 2019.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira; ESCOBAR, Micheli Ortega (Org.). **Cadernos Didáticos Sobre Educação do Campo**. Salvador, 2010.

Contato com o autor: Ana Melissa Morais Ribeiro <[anamelissamr28@gmail.com](mailto:anamelissamr28@gmail.com)>

Recebido em: 15/04/2020

Aprovado em: 10/08/2020